

O cenário educacional Vimarense e suas práticas educativas (1855-1955): das escolas isoladas ao Grupo Escolar Dr. Urbano Santos

The educational scenario Vimarense and their educational practices (1855-1955): the isolated schools to the School Group Dr. Urbano Santos

Claudeilson Pinheiro Pessoa¹

César Augusto Castro²

RESUMO

Estudo acerca da constituição do campo educacional da cidade de Guimarães-MA, no período de 1855 a 1955, tendo como objetivo analisar as iniciativas de escolarização que se deram neste período. Tal estudo faz parte da dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, intitulada A Obra Educacional dos Nicolle em Guimarães-MA (1955-1965) ligado ao Grupo de Estudos História e Memória da Educação Maranhense, vinculado à linha Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas. Para tanto, utilizamos como procedimentos a pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista. Com base neste estudo, podemos concluir que tais escolas oportunizaram ao povo vimarense as primeiras práticas de escolarização que, mesmo de forma assistemática, aplicavam diretrizes das políticas educacionais vigentes.

Palavras-chave: Escolas Isoladas. Grupos Escolares. Guimarães.

ABSTRACT

Study on the establishment of the educational field in Guimarães-MA in the period 1855-1955, aiming to analyze the initiatives of schooling that occurred in this period. This study is part of the dissertation in education from the Federal University of Maranhão, entitled The Educational Work of Nicolle in Guimaraes-MA (1955-1965) linked to the Group for the Study of History and Memory of Maranhense Education and

¹ Professor da Universidade Estadual do Maranhão (Programa Darcy Ribeiro). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. kpesoa9@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFMA. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. E-mail: ccampin@terra.com.br

research line School Institutions, Knowledge and Educational Practices. Therefore, we use the procedures as literature, documentary analysis and interviews. Based on this study, we conclude that such schools provided to vimarense people the first practices of schooling, that even unsystematically applied guidelines of current educational policies.

Keywords: Isolated Schools. School Groups. Guimarães.

Introdução

Neste artigo objetivamos problematizar a trajetória da Educação no município de Guimarães, identificando os tipos de escolas que constituíram o cenário educacional a partir do final do século XIX.

Além disso, destacamos os diversos sujeitos envolvidos no processo de escolarização nesse momento histórico, bem como discutimos a importância das escolas isoladas na formação da população Vimarense. Na perspectiva de alcançar tal intento, fizemos uma incursão sucinta pelos fatos importantes da História da Educação brasileira durante a Primeira República e o Estado Novo.

Desse modo, algumas questões tentamos responder dentro desta investigação: Quais as iniciativas de escolarização desde meados do século XIX até a primeira metade do século XX que antecedem a chegada dos canadenses católicos em Guimarães? Quais eram as condições estruturais e pedagógicas das escolas primárias e do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos? Quais práticas educativas eram desenvolvidas no interior das escolas?

Para tanto, fizemos uso de documentos oficiais e não oficiais e depoimentos (utilizamos nomes fictícios de santos católicos para resguardar a identidade dos sujeitos investigados) que nos auxiliaram junto à bibliografia local e fontes teóricas na elucidação de nosso objeto de pesquisa.

Guimarães e suas primeiras iniciativas de escolarização

É importante enfatizar que a segunda metade do século XIX em Guimarães é assinalada pelo crescimento do número de cadeiras de

primeiras letras criadas pelo poder público trazendo certa movimentação ao cenário educacional da época.

No ano de 1838, a Vila já possuía duas cadeiras, dentre elas uma era regida pela Professora Maria Firmina dos Reis, localizada no povoado Maçaricó, sendo esta a primeira escola primária de Guimarães. Convém ressaltar que a citada educadora é vista como uma figura singular no contexto cultural da época, pois além de professora também foi romancista e cronista em vários jornais do Estado do Maranhão.

Ela também disputou um concurso estadual em 1847 para a cadeira da Instrução Primária na Vila de Guimarães sendo a única aprovada, lecionando para 14 meninas. Por meio de carros de bois “[...] levava os alunos que moravam distante, tal era a sua preocupação com a educação das crianças, ao mesmo tempo em que implantava o transporte escolar naquela região” (FALCI apud MOTTA, 2003, p. 126).

Dando continuidade ao processo ainda incipiente de expansão da escolarização da população vimarense, o Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, Vice Presidente da Província do Maranhão, através da lei 692, de 27 de julho de 1864, cria no lugar chamado Cedral uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, quase três décadas depois, com vencimento mensal de 500 mil réis.

A ausência de ações governamentais voltadas à educação para a população da Vila ocasionou, no ano de 1877, a criação da Sociedade Propagadora da Instrução Primária de Guimarães. Tal entidade tinha a finalidade de criar escolas de ensino primário. A mesma também se preocupava em fornecer aos meninos desvalidos de ambos os sexos, livros e roupas para que pudessem frequentar aulas oferecidas pela própria sociedade. Além do mais, “[...] cuidava da gratificação dos professores que se distinguisse por seu zelo”. A Sociedade era mantida pelos sócios que tinham o dever de “[...] 1º pagar joia e a mensalidade espontaneamente e por sua generosidade e obrigação, não podendo ser inferiores a 1º 25 000 réis e a 2º 500 réis” (CASTRO, 2009, p. 427).

A direção da sociedade era constituída de um Presidente, dois Vice-Presidentes, quatro Secretários, um tesoureiro, um fiel do tesouro, e

por várias comissões, a saber: comissão das escolas; de auxílio a meninos pobres; a encarregada de gerenciar donativos e a fiscal.

Um dos aspectos marcantes da entidade foi o estabelecimento de escolas em vários povoados, acompanhando o desempenho das mesmas através de visitas sistemáticas, adotando medidas sociais e pedagógicas para sanar dificuldades enfrentadas.

Dentre essas medidas estavam as visitas aos alunos pobres e desvalidos que quando não assíduos às aulas eram “[...] deixados de ser socorridos” (CASTRO, 2009, p. 429). Estes educandos eram mapeados e tutelados pela sociedade que lhes fornecia condições materiais para frequentarem as aulas.

Mais adiante, em 1882, foram criadas na referida comarca cinco cadeiras do ensino primário por meio da lei nº 1261, de 19 de maio do mesmo ano, através do Presidente da Província do Maranhão, o Juiz de Direito José Manuel de Freitas. “Art. 1º Ficam criadas cinco cadeiras do ensino primário de primeiro grau, sendo quatro do sexo masculino nos lugares denominados: Bacuri, Roça de Baixo e Santa Rosa do Termo de Cururupu, comarca de Guimarães”. (SA VALLE apud CASTRO 2006, p. 277).

Neste mesmo ano, o cidadão Presidente da Província, através da lei 1264, de 22 de maio, cria, na mesma localidade, cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino na povoação de Cumã.

O Barão de Grajaú, por meio da lei 1331, de 02 de maio de 1884, transfere cadeiras de primeiras letras de Santa Rosa de Cururupu para a povoação Jacarepaguá, também, pertencente a Guimarães. Faz-se necessário enfatizar que a transferência de cadeiras era uma prática comum ocasionada pelo fechamento delas por motivos diversos e emergência de novas.

Também no final dos oitocentos fora criada uma cadeira de Primeiras Letras para meninos, especificamente em 1883, ocupada pelo professor Edson Osório Anchieta. Este dedicou grande parte de sua vida à arte de ensinar, por isso, foi concebido como um profissional “[...] respeitável, zeloso, preocupado com a causa, um exemplo de doação virtuosa” (FURTADO FILHO, 2003, p. 32). Segundo relatos (CUBA, 2012), esse professor utilizava conteúdos significativos e empregava uma metodologia de autoestima com seus alunos.

De acordo com Oliveira (1984) “[...] sua principal meta era o saber do mundo. Passaram-se muitos anos o ensino sob a tutela desse abnegado professor. Este renomado docente preparava alunos para o exame de admissão que podia apenas ser feito na capital do Estado” (OLIVEIRA, 1984, p. 36).

Pela lei 1443, de 23 de maio de 1888, José Mariano da Costa, Vice Presidente da província, concedia licença a diversos professores do ensino primário, dentre eles à professora da Vila de Guimarães Dona Maria Tereza Fraga Lima. De acordo com depoimentos de parentes da mesma, a motivação tem haver com problemas de saúde referente à perda parcial da audição.

No início dos novecentos, com o crescimento da população, houve um aumento no número de escolas isoladas. Com isso o cenário educacional vimarense esteve constituído de um conjunto de escolas primárias que obedeciam à estruturação precária em voga no império. Denominadas de primeiras letras, funcionavam em casas de famílias, com professores sem formação adequada, ausência de sistematização e organicidade na estrutura didático-pedagógica, materiais, currículo e métodos. (SOUZA, 2003).

Tal modelo escolar foi identificado como pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso, todas muito impróprias, pobres, incompletas e carregavam o signo de precariedade e ineficiência. (FARIA FILHO, 2000).

Utilizamos a nomenclatura Escolas Isoladas para caracterizar este modelo de escola, que também eram denominadas de domésticas, singulares ou cadeiras primárias públicas de ensino. Eram unidades não agrupadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas sob a responsabilidade de um docente. Elas poderiam ser destinadas ao público feminino, masculino, ou misto e havia a possibilidade de que suas turmas fossem subdivididas em classes, segundo o nível de instrução do público atendido.

Muitas escolas funcionavam em casas de famílias, em paróquias e em até coretos de praças (O VIMARENSE, 2009), espaços estes negados pelo ideário de modernização do país. Este sob o estigma do avanço, via nestes estabelecimentos a inadequação ao ensino, sendo

crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com o republicanismo a produção de lugares que respirassem a memória da nação, com novos tempos e nuances de emancipação.

Outro modelo escolar que fez parte do contexto educacional vimarense foi o Aprendizado Agrícola Cristiano Cruz, implantado nas imediações de Capitua, zona rural do município, na administração de Francisco de Assis Lopes Junior (1910-1912), com o objetivo de formar mão de obra qualificada para a lavoura e demais atuações em trabalhos agrícolas.

É perceptível, a partir do quadro anterior, que nos anos de 1940 a 1950 existiam apenas escolas primárias na realidade vimarense, com ausência de investimentos estatais em outros níveis de escolarização. Entendemos que essas escolas isoladas ofereciam condições problemáticas de funcionamento, mas eram as únicas que a população tinha à disposição para os estudos iniciais, fazendo com que as crianças chegassem a estudar muitas vezes em espaços sem luz condizente, insalubres, sem material didático.

Na primeira metade do século XX, este era o cenário educacional da referida cidade.

Quadro 1 – Demonstrativo de Escolas Isoladas de Guimarães – MA.

Escola	Localização	Área
Escola Dudu Coração	Rua Sousândrade	Centro
Escola de Edson Osorio Anchieta Filho	Rua Dias Vieira	Centro
Escola Ermícia Santos	Rua Dias Vieira - antiga Pensão Soares	Centro
Escola Liliosa Cantanhede	Rua Filomena Archer da Silva	Centro
Escola Matheus Avelar	Povoado Prata	Zona Rural
Escola de Marieta Dantas	Povoado Oca do André	Praia
Escola Antonia Carvalho	Rua do Porto	Centro
Escola Nossa Senhora dos Afogados de Raimunda Benta	Povoado Cumã	Praia

Fonte: INESA, 2010.

As condições materiais e pedagógicas das escolas de primeiras letras em Guimarães bem como sua organização e funcionamento pode ser entendido por meio de relatos de dois ex-alunos que estudaram nas escolas “Dudu Coração” e “Ermícia Santos”

A escolinha funcionava na casa de Dona Dudu. Quintal grande da casa com seu pomar era coisa que nunca esqueço. Estudávamos em uma sala não muito extensa, mas tudo muito bem arrumado. Dona Dudu era zelosa e quando chegávamos estava tudo muito limpinho. Os mochos eram desconfortáveis e tinha um banco comprido feito de Jacarandá, mas, muito antigo [...] mas o espaço ficava cada dia menor por que com o crescimento de Guimarães mais crianças tinham que estudar e não possuíamos muitas escolas. Aguentávamos o desconforto por que diferente de hoje queríamos estudar. Tinha gente que sabia ler e outros que estavam chegando à escola pela primeira vez, mas todo mundo aprendia junto. (SANTA CECILIA, 2013).

[...] a escola das irmãs Santos ficava na casa que hoje é do professor José Maria Silva. Lá também funcionou depois da escola a Pensão Soares que também era de propriedade delas. Todas as irmãs: Laura, Ermícia e Mary eram professoras, mas só quem dava aulas era Dona Ermícia as outras só ajudavam. [...] muito zangadas e rígidas cobravam muito que realizássemos nossos exercícios e estudássemos a tabuada rápido sem errar. [...] o prédio era pequeno e ficávamos apertados. Pagávamos uma taxa que não lembro quantos vinténs eram. (NOSSA SENHORA DE LOURDES, 2013).

Tais relatos nos levam a constatar que as escolas não ofereciam condições para o ensino e eram constituídas de um espaço em que não conseguia acomodar os alunos - muitos de níveis diversos - de maneira condizente e confortável.

Embora estas escolas não oferecessem as condições exigidas pelo discurso republicano para a modernização do país, as mesmas foram consideradas, no contexto educacional vimarense, instituições importantes no processo de ensino da população deste município durante a primeira metade do século XX, pois também eram a única oportunidade que os filhos da terra possuíam naquele momento.

Estas questões podem ser observadas também nas falas de mais dois entrevistados.

[...] O Prof. **Osório Anchieta Filho** era auxiliado de início pela professora Dudu Coração; rígida, mas com coração tão grande. Na sala de aula, possuía tudo, como quadro negro grande e bem preto mesmo. Eram muitos alunos e o espaço às vezes se tornava pequeno. Não lembro quantos éramos. Quando a Dona Dudu saiu muitos de nós a acompanhamos, pois o Professor Osório era rígido, mas elogiava às vezes [...] e apertava nossa mão. Demonstrava conhecer cálculo, leitura, mas tinha caligrafia que era muito difícil. Nessa escola aprendi tudo o que sei. (SANTA MARIA, 2012, grifo nosso).

A escola era o melhor lugar que existia, saíamos bem cedinho e **Dona Liliosa** era carinhosa e bem disposta. Dizem que ela era como se diz, uma discípula de Osório Anchieta. Era muito arrumada e bem atenta aos alunos. Ela sabia ser rígida, mas beijava nossa cabeça. Pedia para tomarmos banho de manhã antes de ir à escola. O espaço era com meninos e meninas. Pagávamos uma taxa, não sei quanto era que minha madrinha pagava. [...] estudava lá quem sabia ler e quem não estava muito adiantado. Era como se fosse o que hoje chamamos de multisseriado. E outra coisa o afeto era dado na medida para ninguém ficar saliente. (SANTA BARBARA, 2012, grifo nosso).

Os depoimentos acima reforçam o que Saldanha (2008, p. 144) define sobre as escolas isoladas que, segundo ela, eram “[...] constituídas por um aglomerado de alunos de diferentes graus de adiantamento numa mesma sala de aula [...] sob a direção de uma única professora”.

Por outro lado os mesmos depoimentos desconstroem a concepção de que todos os docentes deste tipo de escola não possuíam condições de ensino, visto que dominavam os conteúdos, mantinham a rigidez e disciplinavam seus alunos. Orientação esta intencionada pelo modelo Republicano de educação.

Havia também grande preocupação, mesmo de forma assistemática, dos professores com as questões higienistas observadas no cuidado com o asseio dos alunos. Outro aspecto relevante presente nos depoimentos diz respeito à dimensão afetiva, pois o afeto “[...] era

dado na medida para ninguém ficar saliente [...]’ ou [...]’ era rígido mais elogiava às vezes [...] e apertava nossa mão [...]’. Tais depoimentos demonstram que os professores através do bom senso e de forma um tanto rígida, tentavam fazer com que a educação cumprisse sua função social de educar as gerações e ensinar-lhes disciplina e valores exigidos socialmente.

Para muitos docentes, as escolas isoladas eram o único meio de sustento. A liberação de cadeiras mantidas pelo poder público dependia de interesses políticos de grupos dominantes.

Estas escolas quando subvencionadas pelo Estado eram criadas na perspectiva de atender solicitações destes grupos políticos locais que possuíam influência junto ao governo estadual. Tais políticos eram vistos como portadores dos interesses da sociedade e apresentavam-se como mediadores entre as forças oligárquicas e as necessidades da população.

Mais um exemplo de modelo de escola isolada foi a Escola de Matheus Avelar. Esta funcionava também com uma estruturação didática bem tradicional elaborada pelo professor de mesmo nome. Era localizada no povoado Prata, às margens do manguezal de Cumã. As condições não eram diferentes das demais escolas, com suas salas cheias e poucos recursos pedagógicos. A escola teve quinze anos de duração e fechou suas portas no ano de 1935, visto seu docente e fundador afastar-se por problemas de saúde das atividades educacionais.

Algumas escolas isoladas existiam em outros povoados, como a Escola da Vila de Nossa Senhora dos Afogados e Oca de André localizadas no povoado de Cumã. Estas funcionavam em condições precárias, atendendo aos alunos que viviam na região das praias. Os alunos que frequentavam as mesmas eram filhos de pescadores e lavradores que abandonavam o estudo, muitas vezes, em virtude das poucas condições. Pagava-se uma taxa em réis para a sua manutenção, sendo que a inadimplência era alta, pois, os pais eram oriundos da classe popular e não possuíam condições para manter o pagamento.

Os educadores que deram nomes às escolas e que eram regentes delas foram exímios educadores, respeitados e congratulados: eles dão nome a Unidades de Ensino municipais na atualidade. Assim, “[...] deve-se muito a formação inicial de nossos pais, avós e pessoas ilustres de nossa terra”. (SÃO BASILEU, 2012).

Da escola mista ao grupo escolar Dr. Urbano Santos

Em Guimarães, durante o Governo do Senhor José Ribamar Ewerton (1928 a 1930), a escola de Ermicia Santos transforma-se em Escola Mista Municipal Ermicia Santos regida e administrada pela professora Maria da Conceição Barbosa Martins. Para seu funcionamento, a mesma recebeu doação de mobiliário constituído de mochos, bancos, mesas de alunos e docentes e quadros negros.

A escola atendia, de forma sistematizada, em três anos (1º, 2º e 3º), considerando o nível dos alunos; garantia o acesso dos mesmos somente através da comprovação de ausência de moléstias contagiosas e daqueles que se declarassem pobres e nascidos na zona rural, prioritariamente, filhos de pais agricultores.

O então prefeito da época, atendendo à solicitação da comunidade local, sanciona a Lei municipal nº 008, de 1928 que determina: “Art. 1º É criado uma escola Mista Municipal. O Diretor da Educação Municipal designará os professores e funcionários e organizará subsídios e espaço para funcionamento. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário” (CAMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES apud REGIMENTO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR DR. URBANO SANTOS, 1948, p. 13).

Em muitas cidades do Estado do Maranhão já haviam sido instalados pelo governo estadual escolas mistas, principalmente no Governo de Urbano Santos. Entretanto, o esquecimento de Guimarães pelos políticos estaduais da época e a precariedade do cenário educacional do município obrigou o governo local a tomar a iniciativa de criar este estabelecimento.

A escola valorizava em suas práticas educativas a ênfase à leitura, ao cálculo e à escrita. Criou-se a mesma na perspectiva de alfabetizar crianças pobres, desprovidas de bens econômicos, com o fornecimento gratuito do material escolar e do uniforme.

Este modelo de estabelecimento de ensino era um tipo de escola graduada. Muitas funcionavam em espaços alugados e suas instalações – apesar de apresentarem melhorias em relação às isoladas – ainda estavam distantes das instalações vistas como adequadas para o ensino. Distribuía suas turmas através da seriação, classificando os alunos de forma homogênea de acordo com a série. Os conteúdos disseminados

e os resultados de aprendizagem esperados não respeitavam as especificidades individuais.

A Escola Mista Municipal de Guimarães (OLIVEIRA, 2000) deu origem ao Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. Antes da criação desta escola graduada, o governador Sebastião Archer expediu o Decreto de n.º 47, de 27 de maio de 1947, determinando a extinção das escolas isoladas no referido município.

Este mesmo governador estabelece, em 6 de fevereiro de 1948, Instituído através do Decreto n.º 23, a criação do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, sendo inicialmente regido pela professora Altiva Bella Gomes Teixeira, até o ano de 1953 e, logo após, pelas professoras Dionisia dos Santos Coração e Ana da Conceição Ribeiro.

A escola graduada foi implantada em Guimarães quase cinco décadas após a institucionalização deste tipo de escola na capital, pois em São Luís foi institucionalizada no ano de 1918 e, na Baixada, os municípios de São Bento, em 1905 e Pinheiro em 1928. (SILVA, 2011).

O Grupo Escolar Urbano Santos, foi criado juntamente com um conjunto de obras políticas implantadas por Sebastião Archer da Silva, como parte do projeto de melhoria dos serviços públicos oferecidos à região do litoral, vista como tão esquecida.

Faz-se necessário enfatizar que, neste momento histórico, a Política Educacional brasileira ainda passava por transformações, com o aumento de verbas para a educação nacional e a presença de leis orgânicas de regulação e organização do sistema de ensino. Vigorava, na década de 1940, a Reforma Capanema (1942-1961) compreendida como legitimadora das desigualdades sociais entre favorecidos e desfavorecidos através da escola. Tal reforma ressaltava a necessidade de profissionalizar as classes dirigidas e oferecer o curso secundário de formação geral para as elites dirigentes.

A Escola graduada foi implantada atendendo a ideias republicanas inculcadas pela sociedade, que conclamava a necessidade de desconstrução do formato de escolas isoladas.

Mesmo com o modelo legitimado pela República, os Grupos Escolares foram representados, protocolados e apropriados de forma diversa de acordo com as possibilidades e limitações de cada espaço geográfico,

sendo que não podem ser analisados de forma homogênea, pois se estabeleceram de maneira diferenciada em cada Estado da Federação.

No caso do Maranhão, segundo Silva (2011), a sua implantação data da primeira década do século XX (1903), a partir da Lei n.º 323, de 26 de março. E, no interior do Estado, somente no ano de 1905, sendo que seu funcionamento se deu de forma desordenada, fugindo às regras estabelecidas pelo Estado, tendo sido fechados em 1912.

Silva (2011) ainda enfatiza que eles foram reimplantados na gestão do então governador do Maranhão, Urbano Santos da Costa Araújo (1918-1922), que, através de uma política de reorganização do ensino no Estado, distribuiu apenas pela capital a presença de tal projeto de escola e educação.

Apesar, do citado político, ser filho de Guimarães, quando governador do Estado, o mesmo não estabeleceu obras educacionais na cidade onde nasceu. Com isso, as escolas isoladas permaneceram até o final dos anos 1940, diferentemente de outros municípios em que as lideranças políticas tinham barganhas junto à esfera estadual e logo conseguiram implantar o projeto.

O Grupo Escolar Dr. Urbano Santos foi considerado um grande feito pelo povo vimarense que já se via isolado, não somente pela baía de Cumã, mas, sobretudo, pelas ações governamentais. Esse Grupo representava prestígio e a inclusão de Guimarães, mesmo de forma tardia, no projeto de nação republicana, agora “[...] a civilização chegava a Guimarães, pois ainda nos sentíamos em Tapuitapera e Cumã” (CUBA, 2012).

Este modelo republicano de escola representava a modernização do ensino e sua arquitetura moderna impunha aos centros das cidades os ares de efervescência cultural e política em que o Estado tentava inserir-se. Muitos foram instalados em frente à praça central das cidades ou em ruas importantes e centrais, unindo-se aos casarões, sendo um símbolo de ordem e progresso.

No relato de uma entrevistada, professora e mãe de aluno do Grupo Escolar observa-se o momento de sua inauguração.

Fui professora leiga logo quando o Urbano foi inaugurado. A diretora que não lembro mais o nome dizia

muito que filho de pobre tinha que ter valores, pois em casa não tinham e não haviam como trazê-los para escola. Meus filhos estudavam lá usavam fardinha verde e amarela, e faixa vermelha e preta da cor do Maranhão. Lembro-me da inauguração. Não sei mais o dia, mas o ano foi em 48. Veio o prefeito da época [...] veio o juiz, o padre, o pastor, mas chefes do Estado lá da capital, a sociedade local. Houve hino, fogos e levantamento de bandeira de Cumã, Maranhão e Brasil. [...] Todos empolgados pelo Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. (CUBA, 2012).

No relato da professora, vê-se que, na inauguração do Grupo Escolar em Guimarães, fizeram-se presentes figuras imponentes da política vimarense e maranhense além de cidadãos comuns. A presença deste estabelecimento de ensino despertara o sentimento republicano de pertencimento daquela população à nação brasileira a partir desta fonte intencional e lugar de memória que era o Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. (NORA, 1993).

O ideal de modernização estava presente no projeto arquitetônico da escola que mesclava o estilo neoclássico em sua fachada. Este prédio foi adaptado de modo a garantir o cumprimento das exigências republicanas de ensino, possibilitando o controle e disciplina dos alunos, através da distribuição dos espaços.

Segundo Souza (1998), a fachada e o interior dos prédios dos Grupos Escolares com sua estrutura, seus objetos e símbolos, transmitiam finalidades sociais, políticas, morais, cívicas e ideológicas. Estes assumiam através da arquitetura a monumentalidade, a organização do universo escolar, pois eram prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, ou seja, o *lócus* ideal para a formação do cidadão da república.

Essa realidade ocorreu com maior ênfase em estados como São Paulo e Minas Gerais onde prédios foram construídos para funcionamento das escolas graduadas, diferentemente de Guimarães cujo estabelecimento foi implantado, inicialmente, em prédio alugado. Tal realidade era comum no estado do Maranhão em que muitos grupos não possuíam prédio próprio.

A implantação do Grupo Escolar em Guimarães enfraqueceu as escolas que funcionavam em casas de famílias e trouxe uma reestruturação nos métodos pedagógicos e na organização burocrática

e administrativa. Fixou novos tempos e espaços escolares, com a implantação de calendários e jornada escolar, estabelecendo os dias letivos, dias de planejamento do professor, obedecendo as formas escolares do movimento da Escola Nova ainda presente no discurso educacional. (SILVA, 2011).

As transformações ocasionadas com esse paradigma de escola e seu modelo de gerenciamento impuseram a emergência de novos sujeitos de escolarização ao espaço escolar, como funcionários de apoio e serviço (zeladores, serventes, vigilantes), profissionais técnicos burocráticos da educação (diretores, inspetores) e aqueles que exigiam funções entendidas como meramente pedagógicas que eram alunos e docentes.

Nesse período, o Senador do Estado Vitorino Freire (1908-1977) consegue através do governo do Estado, a nomeação de um conjunto de normalistas vimarenses recém-formados da Escola Rosa Castro, localizada na capital São Luís. Estas retornaram à terra natal, com o objetivo de impulsionar as ações pedagógicas do Grupo Escolar.

Nessa escola, a exigida educação cívica, apesar de às vezes silenciosa e despercebida, explicitava-se em objetos e materialidades do cotidiano escolar refletida nas cores verde, branco, azul e amarelo dispostas no conjunto de calça e camisa para homens, saia e blusão para as meninas. Tais práticas e ideais convergentes com o nacionalismo estavam presentes na entrada do prédio que ostentava o brasão com a bandeira do Maranhão e uma faixa ao meio, com as três cores que representam o Estado (vermelho, branco e preto), transmitindo a ideia da formação do povo brasileiro.

O Grupo Escolar Dr. Urbano Santos representava o poder do Governo e a preocupação dele em instalar uma escola com este porte, “[...] tão primorosa escola, que acolheu tantos filhos pobres, e ilustres do litoral e não só de Guimarães”. A instituição representava também a opulência do regime e a presença deste na erudição disposta no ambiente do grupo escolar. (ARCHER, 1949).

Segundo uma ex-aluna do Grupo Escolar, “[...] na entrada as bandeiras do Estado e do Brasil estavam dispostas, a fotografia do presidente também era visível logo em cima da sala da diretora. Frases que evocavam o amor à pátria e a dedicação ao estudo era algo muito estampado” (SANTA GENOVEVA, 2012).

Os objetos e materialidades culturais falam por si só e constituem-se como discurso legítimo, transplantavam através de um currículo oculto “o recado” do Estado e dos grupos e oligarquias dominantes.

A cultura material escolar se manifesta vivamente pela concretude não só dos objetos, mas também das práticas empreendidas com esses (por meio destes) objetos. (ABREU JUNIOR, 2005).

O programa de ensino do Grupo Escolar era constituído de 5 anos, pois com a estruturação desse modelo de escola, o ensino levava meia década, constituindo-se de curso elementar (1º, 2º e 3º ano) e complementar (4º e 5º ano). Com isso, os saberes transmitidos foram divididos em matérias que, de forma fragmentada, possibilitavam a visão de currículo disciplinar, neutro e apolítico. (COSTA, 2012).

Nesta ótica o currículo é entendido como um espaço de poder, um conjunto de saberes e técnicas disciplinares e regulamentares. Um locus operacional artesanal e incompleto, mas muito eficaz em seus lineamentos à política da época.

Quadro 2 – Matérias ministradas no curso primário do referido educandário.

ELEMENTAR	COMPLEMENTAR
Leitura: Linguagem oral e escrita	Geometria e Aritmética
Matemática	Leitura e Escrita
Historia do Brasil	Geografia Geral
Geografia	Historia do Brasil e da América
Conhecimentos Gerais (Sociedade, Trabalho e Saúde)	Economia Regional
Trabalhos Manuais (Para as meninas)	Economia Doméstica (Para as meninas)
Desenho	Desenho
Canto	Canto
Educação Física	Educação Física
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica

Fonte: Projeto Político Pedagógico Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, 2008.

Uma disciplina importante para a obtenção dos fins da Nação era a Educação Moral e Cívica, disciplina esta que tinha a finalidade de desenvolver noções de respeito e submissão à pátria, à escola e à família, trazendo noções positivas dos direitos e deveres do cidadão. O programa incluía “noções de civilidade, sociabilidade, trabalho, verdade, equidade, justiça, amenidade no trato, gentileza, asseio, higiene, amor à família, à pátria e altruísmo” (HORTA, 1994, p. 137).

A Educação Moral e Cívica na visão do então Ministro Gustavo Capanema (apud RIBEIRO, 1986, p. 137) “[...] tomara o cuidado especial na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles formar, com base no patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e seus desígnios, de sua missão em meio ao povo”.

Essa disciplina produzia um lucro político, criando fidelidades e envolvimento emocional com o regime e sua liderança. Neste sentido, Clifford Geertz (1991) defende uma poética do poder em substituição a uma mecânica do poder, afirmando que os atos de poder - assim como o currículo escolar e seus saberes - procuram construir os súditos necessários à legitimação das ações de soberania.

Na ótica da educação integral e humanista, o programa de estudos ainda viabilizava as disciplinas História do Brasil, Educação Física e Canto na perspectiva, também, de difundir valores patrióticos “[...] educando corpos e criando a nação” (PARADA, 2009, p. 18).

A Educação Física e o esporte ganham certa significância no currículo escolar na primeira metade do século XX. No que diz respeito à questão educativa este é o momento em que surge a escola Nova e sua luta em prol de reformas nas práticas pedagógicas. Para os pedagogos deste movimento, a Educação Física estava totalmente atrelada ao tema da higiene, “[...] para eles a escola deveria ser um local para a formação de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo”. (PARADA, 2009, p. 159).

Essa proposta educacional que se estendeu até as primeiras décadas da segunda metade do século citado sofria inegável influência do pensamento médico higienista. Tal pensamento concebia a escola

enquanto local privilegiado para divulgação de um modelo de boa educação higiênica, tendo o papel de diminuição das intempéries, visto que estas ocasionavam o aumento das taxas de doenças e mortalidade.

O canto também era entendido como campo de ação doutrinária, passando a ser matéria obrigatória desde 1931, com a Reforma Francisco Campos. Nele eram disseminados trechos de cantores clássicos e temas do folclore nacional, aproveitando-se dele para difundir a cultura cívica através dos hinos escolares e patrióticos e, com isso, fortalecendo a identidade nacional através da música.

Podemos perceber também a presença da Disciplina Trabalhos Manuais para as meninas, cuja execução acontece desde o curso elementar, especificamente, no 3º ano.

Já as aulas de Ensino Religioso não eram incorporadas ao currículo em virtude da laicização do Estado. Esta era trabalhada apenas nas escolas confessionais, disseminando conteúdos ligados à moral cristã, centralizados na tradição católica, demarcando uma identidade religiosa através de uma dupla violência simbólica que impõe símbolos e oculta outros. (BOURDIEU, 1989).

No Grupo Escolar, os primeiros horários eram destinados às matérias de leitura, escrita e cálculo e os últimos dedicados às disciplinas de conhecimentos gerais e aos saberes mais voltados à formação atitudinal do alunado. Nas sextas-feiras, as meninas iam às aulas de Trabalhos Manuais, e os meninos, à ginástica e ao futebol, estes visando ao desenvolvimento físico dos sujeitos aprendentes, seguindo o lema estabelecido na parede do grupo escolar: corpo são, mente são.

Os conhecimentos davam-se numa relação teoria e prática, fugindo em parte ao modelo pedagógico tradicional que via nos grandes clássicos a única forma de apreensão da realidade. Daí em diante foi incorporado visitas, excursões, aulas de campo, passeios, utilização objetiva da realidade e da cidade.

Normas e regras eram claras no cotidiano do Grupo Escolar, assim como as sanções, pois era uma instituição em que as famílias, ao entregarem seus filhos para a escolarização, delegavam a este toda a autoridade e respeitavam as decisões tomadas sobre sua prole.

A disciplina foi o motor e fio condutor das práticas implantadas, controlava as atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, obtendo, assim, uma utilização racionalista de todas as atividades. O novo poder disciplinar, além de docilizar subjetividades, tinha a real função de adestramento. (FOUCAULT, 1987).

Outro aspecto presente no cotidiano do referido Grupo Escolar é o controle do tempo utilizado como mecanismo de punição ou recompensa no interior das normas disciplinares muito rigorosas à época. Foucault, em *Vigiar e Punir* evidenciava a importância que o controle do tempo desempenhou no processo histórico de consolidação da sociedade disciplinar e o papel da escola. Para o autor, esta era entendida como instituição que muito contribuiu para o processo de docilização de corpos e mentes. (FOUCAULT, 2000).

A disciplina no Grupo Escolar está presente no seu Regimento Interno que confirma uma ordem ao cotidiano escolar e um processo de “adestramento” dos corpos e das atitudes dos alunos e professores. Associado às tarefas escolares diárias, esses mecanismos de controle procuram exercer domínio, inclusive, sobre o percurso e deslocamento dos alunos no caminho entre a escola e suas casas

Disciplina. Art.11 – Cada discípulo, quando entrar, será abençoado pela professora. Vai por seus objetos no local com seu nome e número, depois volta a tomar assento no seu banco em silêncio. Ao abrir a aula, o professor examina se todos os discípulos já têm chegado, ou de preferência para não perder tempo, manda notar os ausentes pelos monitores da cada carteira.

Art. 14 – Se o aluno faltar à escola, o professor notará participá-lo, assim que possa, à família.

Art. 15 – Quando reunidos, os alunos se põem de joelhos a um sinal dado, e principiarão as rezas para o princípio de cada classe, o professor terá o cuidado de mandar cada aluno alternativamente tire as rezas em voz alta. Também haverá rezas no fim das aulas.

Art. 19 – É proibido trazer outros livros, que os de uso escolar.

Art. 20 Também o é proibido conversar, ou de sair do seu lugar sem licença.

Art. 22- Somente sair da sala de aula com a permissão do professor

Art. 23 – Na saída os alunos serão orientados a saírem juntos e só se separarem quando cada um chega a sua casa. (1948, p. 18).

No ano de 1950, o Grupo Escolar ganhou prédio próprio em frente à Praça da Republica ou Praça Napoleão Coelho de Souza. Este logradouro apresenta-se com “[...] seus jardins floridos, local de encontro de namorados, cheia de bounguevilles e espadas de São Jorge circundando um belo coreto” (OLIVEIRA, 1984). A escolha desse local foi uma estratégia da política educacional vigente de instalação do Grupo Escolar em espaços vistos como imponentes e marcados pela grandiosidade.

Considerações finais

Assim, vê-se que a transição do final dos anos 1940 para os primeiros anos dos 1950 desconstrói as escolas isoladas, localizadas em casa de família e passa a implantar a escola graduada com um *modus operandi* de organização e funcionamento que a projetava como uma escola de verdade. (SOUZA, 2003). Estas já se localizavam no restante do Estado e chega tardiamente a Guimarães trazendo nuance de modernização à cidade que já experimentava certo declínio cultural.

Portanto, reconhecemos o papel das táticas de atores sociais (professores, alunos, intelectuais, funcionários das escolas, sociedade vimarense) escondidos e ocultados pela história oficial. Mas que configuram através desses cotidianos, nas artes de fazer que submetam as estratégias dos grupos políticos dominantes e do lugar social já ocupado. (CERTEAU, 2002).

Estes atores sociais impunham seus ocultos não-lugares e estavam inseridos nas escolas isoladas, na Escola Mista Municipal e no Grupo Escolar Urbano Santos, conseguindo trazer suas marcas de favorecimento à escolarização dos desfavoráveis culturais até então excluídos da práticas formais de educação.

Referências

ARCHER, Sebastião. **Discurso proferido pelo governador em virtude de inauguração de obras**. Guimarães: 1949.

CASTRO, Ana Caroline Neres. **A questão dos livros da Escola Modelo Benedito Leite: cultura material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

CASTRO, Cesar Augusto. Fontes e percursos para uma história da Educação Maranhense. In: CAVALCANTI, M. J. M. et. al. **Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 329-353.

_____. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, C. P. de; CATANI, D. B. (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editoras, 1998.

_____. **Leis e regulamentos da Instrução Pública**. São Luís: EDUFMA, 2006.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. (Org.). **A educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, A. As apropriações da obra de Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 17, p. 63-85, maio/ago. 2001.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, C. R. **A Baixada Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1982.

COSTA, Diulinda Pavão. **O Cenário Educacional da Princesa da Baixada**

(1920-1960). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. G. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2.

FORQUIN, J. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

_____. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: GRAAL, 1989.

HORTA, José Silverio Baía. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia**: regime autoritário e educação. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LACROIX, M. L. **A Educação na Baixada Maranhense (1830-1889)**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres na Política Educacional Maranhense**. EDUFMA: São Luís, 2003.

_____. NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império à república. Campinas: Alínea, 2008.

OLIVEIRA, F. **Guimaraes no cenário político maranhense**. São Luís: 2000.

_____. **Guimaraes na historia do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.

PARADA, Mauricio. **Formando corpos e construindo a nação**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903- 1920)**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SOUZA, R. F. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.